

A DIÁSPORA CHINESA COMO INSTRUMENTO DA POLÍTICA EXTERNA DE PEQUIM E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A CHINA MAIOR

THE CHINESE DIASPORA AS AN INSTRUMENT OF BEIJING'S FOREIGN POLICY AND ITS IMPLICATIONS FOR GREATER CHINA

Carlos Gustavo Poggio Teixeira¹

Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP)

Curso de Relações Internacionais

São Paulo - São Paulo - Brasil

Henoch Gabriel Mandelbaum²

Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC/SP)

Curso de Relações Internacionais

São Paulo - São Paulo - Brasil

Resumo: Partindo da constatação da escassez de estudos que utilizam as diásporas como base para a compreensão das relações internacionais, o presente artigo procura mapear a forma como a diáspora chinesa se relaciona com as dimensões cultural, econômica e política da China Maior. Ao mesmo tempo, busca-se demonstrar como agem as instituições criadas por Pequim para instrumentalizar o caráter transnacional da diáspora chinesa a fim de atingir seus objetivos no campo internacional em cada uma dessas dimensões. Conclui-se que a China incorpora a diáspora em uma estratégia de política externa, que é baseada nas organizações de chineses do ultramar e nas práticas das instituições governamentais voltadas para a diáspora.

Palavras-chave: Diáspora chinesa. Relações Internacionais. Política externa chinesa. China Maior.

Abstract: Assuming a lack of studies using diaspora as a basis for understanding international relations, this article sought to map out how the Chinese diaspora is related to the cultural, economic and political dimensions of Greater China. At the same time, the article points out how the institutions created by Beijing work to instrumentalise the transnational character of Chinese diaspora in order to achieve their goals in the international field in each of these dimensions. The results showed that China incorporates the diaspora in a foreign policy strategy, which is based on Chinese organizations overseas and practices of government institutions geared towards the diaspora.

Key-words: Chinese diaspora. International Relations. Chinese foreign policy. Greater China.

Recebido: 19/09/2016

Aprovado: 02/11/2016

Considerações iniciais

A China possui um dos maiores grupos em diáspora do mundo: mais de 60 milhões de indivíduos dispersos por 198 países (LIU & VAN DONGEN, 2016). O governo chinês

¹ cgpteixeira@gmail.com

² gallileiheliocentrico@hotmail.com

se refere a essas pessoas pelo termo genérico “chineses do ultramar” (*huaqiao*), ou seja, todos aqueles que pertencem à “raça” chinesa que vivem fora da China (POSTON JUNIOR & WONG, 2014). Apesar da atual profusão de estudos sobre a China, a diáspora é um processo da política externa chinesa que ainda não foi abordado pela academia brasileira. Ela permitirá que compreendamos melhor os objetivos globais que a China visa alcançar no século XXI.

O conceito de diáspora pode ser definido como “a dispersão por duas ou mais localizações; a orientação permanente, ainda que simbólica, no sentido de um lugar originário; e a manutenção prolongada de uma fronteira do grupo, ao qual se pertence voluntariamente” (FISHER, 2014, p. 147). Contudo, o termo é bastante problematizado na área de estudos migratórios e será analisado de forma mais aprofundada na seção seguinte.

O presente artigo visa mapear, no atual contexto de globalização, a forma como a diáspora chinesa se relaciona com as dimensões política, econômica e cultural da *China Maior*. Este termo foi conceituado de forma genérica por Harry Harding (1993, p. 660) como a “interação cada vez maior e mais rápida entre as sociedades chinesas ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que as barreiras políticas e administrativas para a sua interação caem”. No entanto, o autor afirma que o conceito não é fácil de ser definido e seu significado é objeto de discussão entre os especialistas em China. Desse modo, faremos uma discussão mais ampla sobre ele, por meio da análise de suas diversas facetas.

Também analisaremos como agem as instituições criadas por Pequim para instrumentalizar o caráter transnacional da diáspora chinesa a fim de atingir seus objetivos no campo internacional em cada uma dessas dimensões. Essa relação entre a política externa de Pequim e a diáspora chinesa foi observada pela primeira vez na tese de doutorado da sinóloga bielorrussa Elena Barabantseva, defendida na Universidade de Manchester, em 2000, e que depois foi transformada em um artigo científico em 2005 e em um livro em 2011. Contudo, percebe-se que esses mecanismos ainda não foram abordados de forma conjunta com as diversas facetas do conceito de *China Maior*, embora acreditemos que ambos estejam intimamente relacionados.

A metodologia utilizada na pesquisa é o levantamento bibliográfico dos principais autores no campo da diáspora (BRUBAKER, 2005; COHEN, 2008; DUFOIX, 2008; TÖLÖLYAN, 2012), com especial enfoque na diáspora chinesa (WANG, 1993; BIAO, 2003; BARANTSEVA, 2005, 2011; CHAREONWONGSAK,

2012; YE, 2014; LIU, 2010; LIU & VAN DONGEN, 2016), bem como especialistas no campo da política externa chinesa (HARDING, 1993; LANTEIGNE, 2009; KISSINGER, 2011; LI, 2011; CUNHA, 2012; SHAMBAUGH, 2013, 2016) e na área de Relações Internacionais (WEINER, 1992; SHAIN & BARTH, 2003; ADAMSON & DEMETRIOU, 2007). Os websites oficiais dos órgãos do governo chinês provaram-se úteis para averiguarmos claramente o funcionamento e os objetivos destas instituições. Também utilizamos discursos e pronunciamentos de autoridades do governo chinês e de membros influentes da diáspora chinesa para aferir empiricamente a influência de Pequim sobre os membros da diáspora, assim como a lealdade destes à China.

O artigo está organizado da seguinte forma: na primeira seção, faremos uma conceptualização da noção de “diáspora” e analisaremos a forma como esse conceito se relaciona com a área de Relações Internacionais por meio de uma revisão bibliográfica; na segunda seção, realizaremos uma análise histórica da dispersão da diáspora chinesa pelo mundo, apresentando suas principais características; na terceira seção faremos um diagnóstico dos valores presentes na formulação da política externa chinesa e verificaremos como as instituições criadas por Pequim se relacionam com a diáspora e na quarta seção, exploraremos os campos político, cultural e econômico do conceito de *China Maior* e averiguaremos como Pequim manipula os laços dos migrantes chineses no exterior para servir ao seu interesse nacional em cada um desses campos.

1. Diáspora e Relações Internacionais: Procurando por um elo A migração é uma das principais questões do princípio do século XXI. Atualmente, 244 milhões de pessoas vivem fora de seu país de origem, o equivalente a 3,3% da população mundial, incluindo 21,3 milhões de refugiados (UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2016). Não há mais nenhum Estado que possa dizer que não sofreu o impacto da mobilidade humana. Se considerarmos a população global que descende de imigrantes de primeira geração, atingiremos o número de 300 milhões de pessoas (UNITED NATIONS POPULATION FUND, 2015; UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES, 2016).

Nesta pesquisa, utilizaremos o termo *diáspora* por acreditarmos que ele seja mais preciso na caracterização dos processos da mobilidade humana. A palavra “diáspora” deriva da palavra grega *speiro*, que significa “dispersar-se” (COHEN, 2008). William Safran (1991), em seu famoso artigo, *Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return*, procurou criar um modelo conceitual fechado para o conceito de

diáspora, no qual afirma que ela é definida como comunidades minoritárias expatriadas cujos membros compartilham várias das seis características seguintes:

- (1) Eles, ou seus ancestrais, foram dispersos de um ‘centro’ original específico para duas ou mais regiões ‘periféricas’;
- (2) Eles retêm uma memória coletiva, visão ou mito sobre sua terra natal (*homeland*) original – sua localização física, sua história e suas conquistas;
- (3) Eles acreditam que não são – e talvez não possam ser – completamente aceitos pela sua sociedade anfitriã e, portanto, sentem-se parcialmente alienados e insulados dela;
- (4) Eles enxergam seu lar ancestral como seu lar verdadeiro e ideal e como o lugar para o qual eles ou seus descendentes deveriam (ou irão) eventualmente retornar, quando as condições forem propícias;
- (5) Eles acreditam que devem, coletivamente, estar comprometidos com a manutenção ou restauração de sua terra-natal original e com sua segurança e prosperidade;
- (6) Eles continuam a se relacionar, pessoal ou virtualmente, com aquela terra natal de uma forma ou de outra, e sua consciência etnocomunitária e solidariedade são importantemente definidas por esta relação com a terra natal (SAFRAN, 1991, p.83-84).

Até os anos 1930, o termo era usado pela academia de forma restrita às “três diásporas clássicas”: a diáspora judaica, considerada como o caso paradigmático e que remete ao início de sua dispersão (ou *galut*, em hebraico, “exílio forçado”) ao ano 586 a.C., com a destruição do Templo de Jerusalém pelo Império Mesopotâmico e pelo evento da posterior rebelião judaica que foi suprimida pelo rei da Babilônia, Nabucodonosor; a diáspora armênia, que tem como começo de sua migração a deportação de 1,75 milhão de armênios pelos turcos, nos anos 1915-1916, para a Síria e a Palestina; e a diáspora grega, que se iniciou em 1453, com a queda de Constantinopla e com a conquista das terras gregas pelo Império Otomano (COHEN, 2008; TÖLÖLYAN, 2012).

Houve uma expansão do uso do termo no final da década de 1940, quando começou a se falar em uma diáspora chinesa e nos anos 1960 foi a vez das diásporas africana, palestina, irlandesa e dominicana. Porém, a partir dos anos 1980, o termo passou a ser aplicado a todos os povos dispersos pelo globo (DUFOIX, 2008).

Hong Liu (2010) observa que, na produção acadêmica sobre diásporas, os estudos voltam-se principalmente para as causas da migração (lugares de origem; questões econômicas e aspectos culturais e sociais das comunidades); padrões de adaptação (diferenças culturais e subseqüentes mudanças culturais nos países de residência); composição interna dos migrantes (em termos de geração, educação, status migratório e gênero); impactos culturais e socioeconômicos das sociedades de envio e recepção de imigrantes e a mudança do papel das redes que formam as comunidades

diaspóricas globais. Pouca atenção foi direcionada ao relacionamento entre a diáspora e as relações internacionais, pois a área de RI tradicionalmente esteve sob a guarda hegemônica da Ciência Política, que comumente dá primazia ao Estado como imagem de análise, marginalizando abordagens que analisam a influência dos movimentos sociais nas relações internacionais. Yosef Lapid chegou a comentar, nos anos 1990: “O fascínio das RI com o Estado soberano diminuiu muito sua habilidade de confrontar temas relativos a nações étnicas e alteridade política” (*apud* LIU, 2010, p. 178).

Há poucas pesquisas que utilizam as diásporas como base para a compreensão das relações internacionais. Um exemplo é a de Myron Weiner (1992), que aponta que “os migrantes internacionais estão se tornando atores políticos que influenciam tanto os processos políticos do país em que eles residem quanto as relações entre seu país de residência e seu país de origem (p. 98)”. O autor traz três proposições: 1) as relações entre os Estados são por vezes influenciadas pelas ações ou inações dos Estados em relação à migração internacional; 2) os Estados afetam a migração internacional pela criação de regulamentações de entrada e saída; 3) os migrantes internacionais por vezes se tornam uma força política no país em que eles residem.

O principal estudo realizado até hoje sobre as interações entre as diásporas e as Relações Internacionais é o de Yossi Shain e Aharon Barth (2003), intitulado *Diasporas and International Relations Theory*. Segundo os autores, as diásporas, entendidas como atores internacionais independentes, possuem uma ampla gama de interesses que podem levá-las a participarem da política externa de seus países de origem: 1) diásporas podem enxergar a política externa de seu país de origem como tendo um impacto nos interesses do “povo”, toda a comunidade étnica dentro e fora da terra natal; 2) diásporas podem ter um forte interesse nas formas em que a política externa da terra natal afetam o futuro do país; 3) diásporas podem julgar que a política externa do país de origem afeta os interesses de uma comunidade específica; 4) diásporas podem considerar que a política externa do país de origem afeta os estreitos interesses burocráticos de suas organizações. Os pesquisadores israelenses afirmam que as diásporas procuram “defender seus interesses baseados em identidades, tanto diretamente, por meio de lobby, quanto indiretamente, pelo fornecimento de informações para os atores institucionais (p. 462)”.

Nota-se um esforço incipiente vindo da linha construtivista das Relações Internacionais, que objetiva incorporar a diáspora às suas análises, no artigo de Fiona Adamson e Madeleine Demetriou (2007), “*Remapping the Boundaries of ‘State’ and*

'National Identity': Incorporating Diasporas into IR Theorizing". As autoras destacam que as principais teorias de RI ainda tendem a conjugar os conceitos de "Estado" e "identidade nacional", ao passo que as articulações de identidade nacional estão cada vez mais interligadas, não apenas dentro de uma entidade estatal territorialmente definida, mas também dentro de práticas transnacionais e atividades políticas, que fazem uso, principalmente, de novas tecnologias de comunicação e viagens a jato. As analistas defendem que importar o conceito de diáspora para a área das RI é uma forma útil de analisar esses processos porque eles fornecem um meio de examinar como as construções identitárias podem ser utilizadas para sustentar identidades coletivas através de fronteiras internacionais. Fazem um alerta: "Essa fonte de mudança nas identidades estatais é invisível para as principais teorias de RI, pois os processos pelos quais ela ocorre são transnacionais e se dão dentro dos interstícios das estruturas existentes" (ADAMSON & DEMETRIOU, p. 515). Elas terminam fazendo um apelo para que a corrente dominante do Construtivismo adote a categoria de "diáspora", porque ela ajuda a compreensão de mudanças no nível "macro" da política internacional.

Os estudos mencionados sobre as conexões entre diáspora e Relações Internacionais por meio de construções identitárias e de interesses focados em identidades têm sido largamente baseados nas experiências das diásporas judaica, armênia, grega e curda. A experiência da diáspora chinesa ainda não foi incorporada de forma significativa nas discussões atuais, o que permite que utilizemos tais aportes teóricos para que compreendamos as relações entre a diáspora chinesa e Pequim. Como supracitado, o objetivo deste artigo será explorar a via de mão dupla que caracteriza tais relações: a instrumentalização da diáspora chinesa por Pequim, a fim de que ela sirva seus interesses, e o ativismo dos membros da diáspora chinesa para beneficiar o desempenho da China no campo internacional.

2. Caracterização e histórico da diáspora chinesa

Atualmente, a diáspora chinesa é composta por 60 milhões de indivíduos (imigrantes e descendentes) espalhados por 198 países (LI, 2017) e é a terceira maior população em diáspora no planeta, superada apenas pelas diásporas alemã (95 milhões) e irlandesa (70 milhões) (LIU & VAN DONGEN, 2016). Estima-se que, se for mantida a taxa de crescimento anual de 1,2% ao ano, a diáspora atingirá o tamanho de 80 milhões de pessoas nas próximas décadas. Do total dos membros da diáspora, 73,3% deles vivem no Sudeste Asiático (29,9 milhões), ao passo que 90% são oriundos de apenas quatro

províncias da costa sudeste da China: Guandong, Fujian, Hainan e Zhejiang, que pelo fato de serem altamente populosas e possuírem pouca terra arável disponível, tornaram-se os grandes centros de emigração de chineses (DUFOIX, 2008; POSTON JUNIOR & WONG, 2014).

Robin Cohen (2008) classifica a diáspora chinesa como uma “diáspora comercial” porque a atividade mercantil tem sido a principal ocupação dos migrantes chineses durante a maior parte de sua história e atua como a força motora de sua dispersão. As origens dessa diáspora remontam ao século XVI, quando os comerciantes chineses, chamados em mandarim de *huashang* (empreendedores), estabeleceram-se no Sudeste Asiático após a chegada dos colonizadores europeus à região, pois estes os admiravam como homens de negócios exímios, já que eram famosos pelo comércio de seda, porcelana, ferramentas, têxteis, comida e móveis, de modo que poderiam ser úteis no aumento da competitividade de suas colônias em face às de seus rivais. No século XIX, assiste-se à formação de um segundo grupo que seria essencial no processo de dispersão da diáspora chinesa pelo mundo, os *coolies*, que em mandarim significa “trabalho amargo”. O termo designava os chineses que partiam de sua terra de origem para outras nações (principalmente as colônias nas Américas Central e do Sul) como trabalhadores braçais desqualificados (HAN, 1998).

No século XX, grandes fluxos migratórios partiram da China após a ascensão ao poder do Partido Comunista Chinês (PCC), em 1949, devido à perseguição política, aos expurgos e à expropriação dos bens. Os principais destinos dos migrantes chineses entre 1955 e 1978 foram a colônia britânica de Hong Kong e os países da Europa Ocidental (principalmente Reino Unido, França, Holanda e Alemanha), Estados Unidos da América, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e alguns países do Sudeste Asiático (Cingapura, Filipinas, Tailândia e Vietnã). Nesses países, a maioria dos imigrantes se dedicou a exercer atividades comerciais, principalmente restaurantes de comida típica e lojas, além da formação de entidades comunitárias e assistenciais, constituindo as chamadas *Chinatown*s nas grandes cidades. Os filhos dos chineses nascidos no exterior são chamados de *huayi* e podem, ou não, possuir dupla cidadania. Estima-se que, do final dos anos 1970 até o fim dos anos 1990, 4 milhões de pessoas abandonaram a República Popular da China (RPC) (BARABANTSEVA, 2011; LIU, 2007; POSTON JUNIOR & YU, 1992).

3. As duas faces da *China Maior* e as políticas para a diáspora

Diante do cenário de ascensão da China no século XXI, de intensificação dos processos de globalização a partir dos anos 1990 e da presença global da diáspora chinesa, parte da academia passou a fazer referência à ideia de *China Maior (Greater China) (Dazhongguo)*. Este termo foi conceituado de forma genérica por Harry Harding (1993, p. 660) como a “interação cada vez maior e mais rápida entre as sociedades chinesas ao redor do mundo, ao mesmo tempo em que as barreiras políticas e administrativas para a sua interação caem”. No entanto, o autor afirma que o conceito não é fácil de ser definido e seu significado é controverso entre os sinólogos, de modo que há aqueles que o veem como os laços comerciais entre os chineses étnicos ao redor do mundo, ao passo que outros se referem a ele como as interações culturais que ocorrem entre os membros da diáspora chinesa e há os que o apontam como as novas relações existentes entre os chineses do ultramar e a China.

Acreditamos que ele só pode ter seu significado realmente apreendido se o encarmos de forma multifacetada, inter-relacionando suas perspectivas política, econômica e cultural, e, no caso desta pesquisa, dentro das estruturas da diáspora chinesa. A perspectiva política é relativa a uma reunificação futura da China com Taiwan e ao ressurgimento de um único Estado chinês, bem como à união de todos os membros da diáspora chinesa sob as políticas de Pequim. Embora seja improvável que tal reunificação ocorra no curto prazo, esse é um dos grandes objetivos da política externa chinesa (BARABANTSEVA, 2005; LIU & VAN DONGEN, 2016). A perspectiva econômica faz referência aos investimentos realizados na economia chinesa pelos chineses do ultramar, especialmente aqueles presentes nos países do Sudeste Asiático. Por fim, a perspectiva cultural concerne ao orgulho dos imigrantes chineses em relação a tudo que é chinês, como a língua, os costumes, alimentação e festivais, além de sua adesão a organizações chinesas e de visitas esporádicas à China e sobretudo, à manutenção de sua identidade chinesa e de sua lealdade ao país de origem (WANG, 1993).

Em todas essas dimensões, a China tem criado instituições para tentar reger suas dinâmicas e para se servir delas, lançando mão de uma estratégia flexível na qual se adapta aos fluxos transnacionais acelerados de pessoas, capital e informações, que fazem parte dos processos de globalização, modelando as identidades dos chineses ultramar para integrá-los a um amplo projeto político e econômico que reafirme a legitimidade de sua política externa, reassegure a cultura chinesa no exterior e que

beneficie sua performance econômica, ampliando sua influência nas várias partes do planeta (BARABANTSEVA, 2005; WANG, 1993).

A principal instituição voltada para o relacionamento do Estado chinês com a diáspora é o Escritório de Assuntos dos Chineses do Ultramar (*Qiaoban*) (EACU), criado em 1978. O governo chinês traduz em inglês o nome do órgão para *Overseas Chinese Affairs Office* (OCAO) e All-China's Federation of Returned Overseas Chinese (ACFROC), respectivamente (BARABANTSEVA, 2011). A função do órgão é auxiliar o primeiro-ministro chinês a lidar com os assuntos relacionados aos chineses do ultramar. Suas responsabilidades são:

- a) Estudar e formular diretrizes, políticas e regulações relativas aos chineses do ultramar;
- b) Conduzir pesquisas e estudos sobre o desenvolvimento dos assuntos dos chineses do ultramar tanto domesticamente quanto no exterior, bem como fornecer a informação para o Comitê Central do Partido Comunista Chinês e para o Conselho de Estado;
- c) Formular um plano para os assuntos dos chineses do ultramar;
- d) Assistir o primeiro-ministro na administração dos assuntos relacionados aos chineses do ultramar;
- e) Revisar políticas diretamente relacionadas a assuntos dos chineses do ultramar;
- f) Coordenar o trabalho de departamentos relevantes e organizações sociais relacionadas aos assuntos dos chineses do ultramar;
- g) Proteger os direitos legítimos e os interesses dos chineses do ultramar;
- h) Fortalecer a união e a amizade nas comunidades dos chineses do ultramar;
- i) Manter contato com e apoiar a mídia e as escolas de língua chinesa dos chineses do ultramar;
- j) Aumentar a cooperação e as trocas entre os chineses do ultramar e a China – relacionadas à economia, ciência, cultura e educação;
- k) Proteger, de acordo com a lei, os direitos e interesses dos chineses do ultramar retornados e de suas famílias;
- l) Formular, ao lado dos departamentos relevantes, as diretrizes e políticas relacionadas aos chineses do ultramar retornados e aos membros de suas famílias;
- m) Assistir os departamentos relevantes na seleção de representantes entre os chineses do ultramar retornados e suas famílias (STATE COUNCIL, 2014).

O trabalho do EACU é central para as atividades dos órgãos dos chineses do ultramar e é exercido em todos os níveis do governo chinês. Desde a criação do órgão, cada província, região autônoma (exceto o Tibete) e municipalidade estabeleceu seus próprios EACUs. O órgão possui aproximadamente 130 funcionários. Sua diretora é Qiu Yuanping (2013-). Todas as embaixadas chinesas possuem departamentos consulares que lidam com assuntos dos chineses do ultramar e alguns cônsules são

despachados pelo próprio OCAO temporariamente. Eles se encontram regularmente com as comunidades chinesas locais e são convidados a exercer várias funções. Eles não apenas se reportam ao respectivo embaixador, mas também ao EACU em Pequim. Esses cônsules também servem como intermediários entre a China e as comunidades chinesas da diáspora (LIU & VAN DONGEN, 2016).

O segundo órgão mais importante na relação da China com os membros da diáspora é a Federação de Toda a China dos Chineses do Ultramar Retornados (*Qiaolian*) (FTCCUR), criado inicialmente em 1956, mas que teve suas atividades suspensas durante a Revolução Cultural. Ele foi reativado em 1978 sob o slogan “Construindo uma ponte para os chineses do ultramar”. O órgão se apresenta da seguinte forma:

Enquanto protege os direitos e interesses gerais de toda população, a Federação de Toda a China dos Chineses do Ultramar Retornados salvaguarda os direitos legais e interesses dos chineses do ultramar retornados, de seus parentes e dos chineses que vivem no exterior e demonstra preocupação e cuidado pelos direitos justos (sic) e interesses dos chineses vivendo no exterior. A Federação opera com um escritório de assuntos gerais, um departamento organizacional e pessoal, um departamento de trabalho legal, um departamento de relações culturais e um departamento de relações econômicas (ALL-CHINA, 2016).

O presidente do órgão é Lin Jun (2012-), um chinês do ultramar retornado da Indonésia. Até 2009, mais de 15.000 órgãos do FTCCUR foram estabelecidos em 29 localidades no nível das províncias, cidades e distritos autônomos e eles foram complementados por 8.000 organizações afiliadas em todos os níveis administrativos (BARABANTSEVA, 2011; LIU & VAN DONGEN, 2016).

Diversas lideranças do Estado chinês têm enfatizado a importância dos chineses do ultramar na consecução dos objetivos nacionais chineses. O Vice Primeiro-Ministro Qian Qichen afirmou em uma ocasião, em 2001: “Os oficiais responsáveis pelos assuntos dos chineses do ultramar serão encarregados da missão tortuosa de organizar os chineses do ultramar de forma que eles desempenhem maior papel no rejuvenescimento da nação chinesa e na promoção da reunificação da pátria mãe no novo século” (*apud* BARABANTSEVA, 2011, p.131).

O ex-Presidente Hu Jintao (2003-2013), em seu discurso durante o “17º Congresso do Partido Comunista Chinês”, em outubro de 2007, destacou a necessidade de

consolidar a grande união dos povos étnicos de todo o país, fortalecer a grande unidade dos filhos e filhas da nação chinesa em casa e no exterior, e fornecer o imenso poder de superar todas as dificuldades e obstruções e propalar a causa do Partido e das pessoas em direção a novos e até mesmo maiores triunfos (*apud* BARABANTSEVA, 2011, p. 12) .

Em junho de 2016, durante a “Oitava Conferência das Associações de Amizade dos Chineses do Ultramar”, em Pequim, da qual participaram mais de 700 líderes de organizações de chineses do ultramar, o Primeiro-Ministro Li Keqiang declarou:

Os chineses do ultramar têm um forte apego à cultura e às tradições da pátria mãe, e demonstram as virtudes de diligência, inteligência e inclusão em suas conquistas em outros países. (...) Os chineses do ultramar devem atuar como laços entre a China e outros países, e devem trabalhar para a paz mundial, a abertura e o desenvolvimento. (...) Os chineses do ultramar também devem investir na China (PREMIER..., 2016).

Desse modo, percebemos que os próprios dirigentes do PCC verbalizam o desejo de incluir os membros da diáspora chinesa na estratégia do desenvolvimento nacional chinês e no projeto de expansão de sua influência econômica e política em outras regiões do globo.

Além disso, ao realizarmos uma análise dos membros da diáspora chinesa e de sua relação de lealdade ao interesse nacional chinês, precisamos atentar que uma diáspora não é uma categoria homogênea de indivíduos e seria errôneo considerar *todos* os sujeitos da diáspora como se fossem “embaixadores chineses não-oficiais”, pois ela é formada por aqueles que apoiam o regime em vigor, aqueles que são declaradamente contrários a ele e aqueles que não tomam uma posição definida. Estes subgrupos se antagonizam desde os mais altos níveis da política (entre organizações de representação internacional da diáspora e o próprio regime) até o nível mais local (entre associações de imigrantes de uma mesma cidade que são a favor e contra o regime) (DUFOIX, 2008). Contudo, o foco desta pesquisa é exatamente investigar as políticas e estratégias implementadas pelo governo chinês para alcançar seus objetivos no âmbito internacional por meio da instrumentalização dos membros da diáspora chinesa que são leais à Pequim e que ao mesmo tempo formam a grande maioria dos membros da diáspora, como foi observado principalmente nos estudos de Wang (1993), Barabantseva (2005, 2011) e Chareonwongsak (2012).

4.1 A China Maior cultural e a diáspora: Conquistando corações e mentes

O sinólogo Gungwu Wang (1993) indica que a faceta cultural da *China Maior* é referente às tradições da civilização chinesa e à forma como elas foram transformadas na contemporaneidade. A própria construção da *China Maior* se deve ao fortalecimento da cultura chinesa por empréstimos modernos, influências e adaptações. Como resultado, milhões de pessoas de ascendência chinesa que vivem no exterior podem se identificar com ela. Há muitos modos de conceber as relações dos chineses do ultramar com a *China Maior cultural*, desde seu nível mais básico de simplesmente ter orgulho de tudo que é chinês, como a língua e dialetos, costumes, festivais, alimentos e notícias da China, passando pela adesão a organizações chinesas e pela participação de seus eventos, até aos desejos de visitar a China, de realizar doações a todas as obras de caridade chinesas, de ir às festas de recepção de autoridades chinesas em visita aos seus países, e à determinação de que seus filhos e netos devem dominar o mandarim e manter e até melhorar a qualidade de sua condição de “ser chinês”.

A China explora os laços afetivos dos membros em diáspora com o país e suas vilas ancestrais, a fim de que os imigrantes e descendentes invistam na economia chinesa para fomentar seu projeto de modernização socialista, formem grupos de lobby que defendam as posições e os interesses do governo chinês no exterior e que fortaleçam o *soft power* chinês no ultramar pela disseminação da cultura chinesa em seus países de residência por meio de seus empreendimentos étnicos (restaurantes chineses, clínicas de medicina chinesa, escolas de artes marciais...) e da organização de festivais tradicionais. Pequim busca reforçá-los por meio de instituições e símbolos de identidade coletiva chinesa, como pela promoção da criação de organizações comunitárias pró-Pequim, de escolas de língua chinesa, além do uso dos meios de comunicação, tais como os canais de televisão via satélite, ao mesmo tempo em que evita a assimilação e a perda de identidade das gerações mais jovens, especialmente pela realização de acampamentos de verão na China para que eles “voltem às origens” (BARABANTSEVA, 2005).

Há mais de 2.000 associações de estudantes chineses do ultramar e mais de 300 associações profissionais para chineses do ultramar foram estabelecidas com a ajuda e o investimento direto das autoridades chinesas. Em 1992, foi estabelecida a Associação Europeia das Organizações Chinesas, formada por 21 associações chinesas de dez países europeus. A formação desse grupo foi altamente elogiada pelo governo chinês, que aplaudiu os criadores da associação por “unir as organizações dos chineses do ultramar, protegendo os direitos e interesses dos chineses do ultramar, facilitando e

fortalecendo o diálogo com os Estados europeus e auxiliando os recém-chegados a se integrarem na sociedade local” (BARABANTSEVA, 2011, p.125). Os encontros com as comunidades chinesas são geralmente parte da agenda dos líderes chineses durante suas visitas a outros países. A China impulsiona a globalização e a intensificação das redes de associações chinesas que, por vezes, a escolhem como lugar de seus encontros regulares.

As associações de chineses no ultramar tornaram-se altamente institucionalizadas e centralizadas e passaram a fomentar uma forte interação entre as comunidades chinesas e suas vilas ancestrais. Os propósitos e características das organizações variam, podendo ser associações de pessoas que provêm de uma mesma vila na China, ou mesmo de caráter familiar, profissional ou religioso. Os líderes das organizações de chineses do ultramar conseguem reconhecimento na comunidade devido às conexões que possuem com as autoridades do governo chinês. Ao mesmo tempo, Pequim contata as comunidades de chineses do ultramar por meio dos líderes das organizações de *huaqiao* que são incorporados às instituições políticas da RPC, influenciando na forma em que suas identidades chinesas são moldadas. Em maio de 1991, 280 associações chinesas compareceram a um congresso chinês no Canadá. Em 2003, o EACU e a Associação Chinesa para Intercâmbios Ultramarinos patrocinaram o “Encontro de 2003 de Organizações de Chineses do Ultramar e de Cidadãos Estrangeiros de Origem Chinesa de Todo o Mundo”, reunindo representantes de organizações de chineses do ultramar de 100 países e regiões (BARABANTSEVA, 2011).

Uma das importantes bases da identificação dos chineses do ultramar com a China é por meio do domínio do mandarim e do conhecimento da cultura chinesa. Desse modo, a China criou uma rede de centros de cultura e língua chinesa, os chamados Institutos Confúcio (ICs) (*Kongzi Xueyuan*), que são administrados pelo Conselho Internacional de Língua Chinesa (*Hanban*), órgão formado por membros de alto escalão do PCC. Existem 440 ICs espalhados pelo mundo, que contam com 640 salas de aula em 96 países (2013) (DING, 2014). Os países que mais possuem ICs são os EUA (100), o Reino Unido (24) e a Coreia do Sul (19). No Brasil, foram inauguradas 11 unidades do Instituto Confúcio no Estado de São Paulo, de modo que duas delas estão localizadas na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) e na Universidade de Campinas (UNICAMP), respectivamente. Também foi inaugurada uma unidade na Universidade de Brasília, no Distrito Federal (Instituto..., 2016). O

objetivo dos Institutos Confúcio é atender tanto as sociedades nativas de diversos países quanto os descendentes de imigrantes chineses nascidos no exterior. A disseminação de ICs forjou alianças estratégicas com empresas, indústrias, governos e outras instituições com interesse em desenvolver laços mais próximos e mais produtivos com a China (ALVES FILHO, 2015; CUNHA, 2012).

A China também apela às comunidades chinesas através das formas modernas de telecomunicação. As estações de TV e rádio são altamente controladas pela Administração Estatal de Rádio, Filme e Televisão (AERFT) e pelo Departamento de Publicidade do Partido Comunista Chinês. Esses órgãos garantem que a mídia presente de forma precisa as políticas governamentais e que não ameace a imagem positiva do Partido na mente dos chineses. Em janeiro de 1997, a *Phoenix Satellite Television*, que é baseada em Hong Kong, começou a transmitir a série de televisão de 12 episódios, *Deng Xiaoping*, para a região da Ásia-Pacífico. Foi estimado que 150 milhões de espectadores pudessem assisti-la. O documentário apresentava informações detalhadas sobre a vida de Deng Xiaoping, sobre os programas de reformas da China e a abertura do país (BARABANTSEVA, 2011).

Portanto, parece claro que as autoridades chinesas se servem das redes globais de mobilidade, comércio, comunicação, avanços tecnológicos e outros aspectos da globalização para beneficiar a agenda de modernização do Estado chinês. A ideia de nação propagandeada pelo PCC continua firme como modelo, mas sua forma adquiriu um caráter cada vez mais transnacional conforme o Estado se adapta às novas realidades da era global, estendendo as fronteiras da *China Maior cultural* pelo mundo através da conclamação de Pequim aos chineses para que se voltem à cultura e aos valores da civilização chinesa.

4.2 A *China Maior* econômica e a diáspora: Fomentando a modernização nacional

Gungwu Wang (1993) afirma que a perspectiva econômica da *China Maior* é o seu aspecto mais surpreendente. A *China Maior econômica* é relativa ao processo de integração econômica existente entre as províncias costeiras do Sul, Taiwan, Hong Kong e Macau. Harry Harding (1993) aponta que houve a emergência de uma economia chinesa transnacional, constituindo uma zona econômica que passou a incluir as comunidades chinesas do Sudeste Asiático, embora seja parcamente institucionalizada, de modo que se baseia em contatos informais entre os chineses do ultramar e membros do governo chinês e empresários da China Continental. As novas oportunidades de

investimento e as formas modernas de comunicação são altamente atraentes para o envolvimento econômico dos chineses do ultramar com a China (BARABANTSEVA, 2011).

A contribuição da diáspora chinesa para o desenvolvimento da China ocorre desde os anos 1970. O governo de Deng Xiaoping possuía grande afã de desenvolver a economia chinesa, pois o modelo maoísta havia se esgotado na tragédia humana da Revolução Cultural. Ao fim desse experimento social, a renda *per capita* chinesa era de apenas 859 dólares e a população ainda precisava utilizar cupons de racionamento para comprar produtos de primeira necessidade porque as recorrentes restrições da economia planificada à iniciativa individual haviam provocado uma profunda escassez de bens de consumo (KRAUS, 2012; YE, 2014).

O governo aproveita a rede de relações interpessoais transnacionais existente entre os investidores da diáspora chinesa e as autoridades do PCC de diversas regiões da China, baseadas no *guanxi*-- relacionamento caracterizado pela ajuda mútua e interdependência entre seus membros, tornando-se uma mescla de “instrumentalismo”, o que garante flexibilidade e mobilidade de capital e pessoas através de fronteiras políticas, e de “humanitarianismo”, que permite o auxílio financeiro de parentes e amigos na terra natal e nos países de estabelecimento (KRAUßE, 2010; ONG, 2002). Baseia-se, também, no mandarim como *língua franca*, para atrair Investimento Externo Direto e para ter acesso a oportunidades de investimento no exterior.

Os *huaqiao* possuem privilégios para que invistam na terra natal, já que eles apresentam um considerável lastro econômico. Estima-se que os 20 milhões de emigrantes e descendentes que vivem no Sudeste Asiático tenham uma fortuna privada que ultrapassa os 200 bilhões de dólares e das 1.000 companhias líderes da região, aproximadamente 517 são propriedades de membros da diáspora chinesa. Os chineses étnicos possuem quase 80% da riqueza privada da Indonésia e entre 40% e 50% dos ativos corporativos da Malásia. Entre 1979 e 2000, os chineses do ultramar enviaram mais de 227 milhões de dólares em IED para a China. Desde meados de 1990, os chineses do ultramar estabeleceram mais de 3000 empresas em várias Zonas Econômicas Especiais que, segundo Kissinger (2011), são áreas prioritárias para investimentos externos diretos, com grandes incentivos fiscais, localizadas no Sul, próximas à colônia britânica de Hong Kong, e criadas em 1980, durante o processo de abertura da economia chinesa sob o governo de Deng Xiaoping (BARABANTSEVA, 2005; CHAREONWONGSAK, 2012).

Atualmente, a diáspora é a origem de 66% do IED que entra no país (2010) e 70% das companhias estrangeiras na China pertencem a chineses do ultramar (2010) (LIU, 2010). O capital da diáspora tradicionalmente participa do desenvolvimento do setor de eletrônicos (especialmente a diáspora em Taiwan), de infraestrutura (com destaque para os investidores de Hong Kong) e de automóveis (principalmente a diáspora nos EUA, Japão e Europa). Esses investimentos são essenciais no desenvolvimento da China como uma das maiores economias de exportação do mundo. Além disso, as remessas que os membros da diáspora chinesa enviam para seus parentes no país também são uma das maiores fontes de divisas que adentram na economia chinesa. Apenas em 2014, a China recebeu 64 bilhões de dólares na forma de remessas, oriundas principalmente de chineses do ultramar residentes nos EUA (16,3%), Hong Kong (15,6%), Japão (4,2%), Canadá (4,2%) e Coreia (4,1%). A China é o segundo maior receptor de remessas no mundo, perdendo apenas para a Índia (69 bilhões de dólares em 2014) (GROUP OF TWENTY, 2015). Esses dados destacam a importância da diáspora chinesa para o desenvolvimento econômico da China ao longo do tempo (THE WORLD BANK, 2016; YE, 2014).

A China tornou-se um importante investidor devido ao grande número de reservas internacionais que possui e devido à valorização do yuan por causa do superávit comercial. Ela aproveita a presença dos migrantes chineses em todo o mundo porque são pessoas que conhecem os mercados locais e têm conexões com empresários e políticos em seus países de residência, permitindo que ela tenha acesso a novos mercados e fontes de matérias-primas e energia. É o caso da Austrália, onde foi criado, em 1992, o Consórcio Australiano do Povo Chinês para unificar a comunidade chinesa daquele país. Mais de 90% dos membros da organização são oriundos da China Continental. As relações desenvolvidas entre os chineses do ultramar e representantes de todos os níveis do governo chinês, nos encontros do Consórcio, facilitaram o acesso das empresas chinesas ao mercado consumidor australiano.

Pequim também encoraja os migrantes que tenham laços profissionais de negócios com a China e seus países de residência, a viajar regularmente para o país com o intuito de estabelecer empresas ali. O governo chinês organiza diversos eventos para atrair esses empreendedores para a China, de modo que foram realizadas aproximadamente 100 convenções mundiais de associações chinesas entre 1980 e 1998 (CHAREONWONGSAK, 2012; WANG, 1993).

4.3 A *China Maior* política e a diáspora: Legitimando as políticas de Pequim

Wang Gungwu (1993) identifica que a faceta política da *China Maior* se baseia na ideia de reunificação futura entre a República Popular da China e a República da China (Taiwan) e aponta para a “perspectiva de uma futura China forte, próspera e novamente respeitada no campo da política internacional” (p. 932). Pequim também procura utilizar-se da diáspora chinesa para legitimar no exterior suas políticas domésticas que violam os direitos humanos, como a perseguição aos membros da seita Falun Gong (“A disciplina da roda do dharma”), escola de *qigong* (arte marcial chinesa), criada em 1992 por Li Hongzhi, que ensina movimentos básicos de *qigong* e asceticismo. A Falun Gong logo adquiriu grande proeminência na China e, na metade dos anos 1990, chegou a contar com aproximadamente 38 milhões de membros e 30.000 centros de treinamento espalhados pelo país (CHANG, 2004). O número crescente de membros fez o governo chinês começar a ver a popularidade do movimento com preocupação, temendo que a seita se tornasse uma organização política e foco de rebelião, o que levou a uma campanha de perseguição do grupo que perdura até hoje (OWNBY, 2008). Por sua vez, os chineses do ultramar tendem a ser sensíveis com a forma que a posição internacional da China lhes conferiu respeito e orgulho próprios, o que os motiva a defender publicamente as políticas do Estado chinês em seus países de residência.

Assim, o governo chinês deseja propagandear no exterior, com a ajuda dos chineses do ultramar, o conceito de “Reunificação Pacífica”, que remonta a 1955, quando o Primeiro-Ministro Zhou Enlai afirmou que “o povo chinês deseja, quando as condições permitirem, lutar para libertar Taiwan por meios pacíficos” (MINISTRY..., 2016). A partir das reformas de Deng Xiaoping, a política oficial da China Continental em relação a Taiwan passou a ser a proposta de aplicar o conceito de “um país, dois sistemas” (*yiguo liang zhi*) na ilha, advogando que ela se torne uma Região Administrativa Especial (RAE) da China, como acontece com Hong Kong e Macau, porém, diferentemente do caso destas RAEs, Pequim lhe concederia um alto grau de autonomia e ela poderia manter suas próprias Forças Armadas. Tal compromisso do governo chinês chegou a ser verbalizado pelo Presidente do Comitê Central da China, Ye Jianying, em 1981: “Os atuais sistemas sociais e econômicos de Taiwan permanecerão os mesmos, sua forma de vida não mudará e seus laços econômicos e culturais com países estrangeiros não mudarão [*sic*]” (MINISTRY..., 2016).

No entanto, tal proposta é sistematicamente rejeitada pelo governo taiwanês, que se recusa a ficar sob a soberania chinesa por motivos de nacionalismo, que foi

construído sobre os valores de manutenção de um governo democrático e de autonomia em relação à China Continental e, principalmente, por não confiar na asserção chinesa de que o governo nacionalista realmente não sofreria interferência no caso de uma reunificação.

Os principais tipos de laço construídos pelos chineses do ultramar entre a China Continental e Taiwan são os de caráter econômico. Esses investidores da diáspora são motivados, tanto pelo patriotismo em relação à sua terra natal, ligado ao desejo de contribuir com seu lugar de origem e com o bem-estar de sua família, quanto pela busca de lucro em novas áreas de oportunidade e pelo aproveitamento da proximidade geográfica entre a ilha e o continente. Diferentemente dos investidores ocidentais, que tendem a investir nas grandes cidades, os investidores *huaqiao* preferem fazer negócios no interior, geralmente nas áreas rurais com boas vias de transporte. Esses investidores aproveitam o *guanxi* baseado em contatos pessoais e em relações de confiança, para negociar com os membros das hierarquias mais baixas do governo (e mesmo para contornar barreiras legais) a fim de gerenciar o processo de exportação (SMART & HSU, 2004).

O governo chinês tem investido suas energias em conquistar suporte da diáspora chinesa nas suas políticas de repressão à Falun Gong. Em 2001, foi criada em Hong Kong a Federação Mundial da Organização dos Chineses do Ultramar e dos Estrangeiros de Descendência Chinesa para promover a cultura chinesa e a união dos *huaqiao* de todo o globo; seu porta-voz disse que “expor e criticar a Falungong [sic] pelos chineses do ultramar e pelos cidadãos estrangeiros de origem chinesa de todo o mundo constitui a melhor ação para amar o país, o lugar de nascença e a nação chinesa no momento” (*apud* BARABANTSEVA, 2011, p. 132-3).

Parece claro que a China deseja criar um front amigável de simpatizantes pró-Pequim entre os chineses do ultramar, o que reflete o desejo do país de obter legitimidade política e ideológica diante dos olhos de certos círculos no exterior e demonstrar ao público doméstico a escala de apoio que existe ao regime em Pequim. Essas atividades de propaganda territorialmente dispersas do Estado-nação chinês se tornaram uma manifestação do chamado “nacionalismo banal”, que é direcionado para a atual reificação e reprodução da nação que é dirigida pelo Partido-Estado. Garantir a simpatia dos chineses do ultramar prova-se útil para formar uma imagem favorável dos programas políticos do PCC. Esse forte apoio da diáspora chinesa às políticas de Pequim não deixa de tornar mais factível a existência de uma *China Maior* reunificada

no futuro, pois ajuda a isolar Taiwan internacionalmente na sua posição de recusar a oferta de “Um país, dois sistemas” da China e a constante formação de laços culturais e econômicos através do Estreito de Taiwan criam as bases necessárias para uma futura integração entre as duas nações (BARABANTSEVA, 2011).

Considerações finais

O artigo procurou demonstrar que a China incorpora a diáspora como uma estratégia de política externa que é baseada nas organizações de chineses do ultramar e nas práticas das instituições governamentais voltadas para a diáspora. A China se serve dos regimes globais de migração, mobilidade e mídia para que a diáspora dissemine a cultura, a língua e os valores chineses a fim de fortalecer o *soft power* chinês no exterior, de apoiar a legitimidade do governo do PCC e de suas políticas domésticas no ultramar e beneficiar a performance econômica da China. Assim, a China estende-se além de suas fronteiras territoriais para operar com processos contemporâneos globais a fim de preservar seu poder sobre a identidade chinesa dos membros da diáspora, fomentando uma forma de nacionalismo étnico que se engaja em um projeto desterritorializado e transnacionalizado do Estado-nação chinês. Assim, conforme a tipologia de Shain e Barth (2003), a diáspora chinesa atua ao mesmo tempo como uma entidade passiva, quando instrumentalizada por Pequim, e como uma entidade ativa, quando busca influenciar as opiniões das sociedades e a política externa de seus países de residência.

Isso também corrobora a observação de Weiner (1992) de que cada vez mais os membros das diásporas estão se tornando atores políticos importantes nos países em que vivem. Isso é especialmente caro aos chineses que residem no Sudeste Asiático. De acordo com a lista da revista *Forbes* de 2015, dos 20 homens mais ricos do Sudeste Asiático, 15 possuíam origem chinesa, como: Charoen Sirivadhanabhakdi (indústria alimentícia) (15,5 bilhões), da Tailândia; Robert Budi Hartono (tabaco) (15,1 bilhões), da Indonésia; Henry Sy (imóveis e varejo) (13,1 bilhões de dólares), das Filipinas; Robert Kuok (produção sucroalcooleira) (11,1 bilhões de dólares), da Malásia, e Robert Ng (setor imobiliário) (8,6 bilhões de dólares), de Cingapura. Esses chineses do ultramar possuem diversos investimentos na China Continental e são responsáveis pelo fortalecimento dos laços comerciais e financeiros entre a China e seus países de residência (FLANNERY, 2015). No campo político, destacam-se, a Tailândia, que já teve 17 primeiros-ministros de origem chinesa, e as Filipinas, que já contaram com cinco presidentes. Entre eles, está o atual incumbente, Rodrigo Duterte (2016-), que fez

com que a política externa filipina se afastasse de sua tradicional orientação para os Estados Unidos América e se aproximasse da China, a fim de gozar dos programas de assistência ao desenvolvimento deste país. Em entrevista à agência de notícias chinesa *Xinhua*, ele chegou a comentar:

Há em torno de 2 milhões de chineses étnicos vivendo e trabalhando nas Filipinas. Então, queremos pedir sua ajuda, pedir para que o povo chinês ajude os chineses daqui. Eles são filipinos, mas também são chineses. (...) Meu avô é chinês... Apenas a China pode nos ajudar (INTERVIEW..., 2016).

As diversas facetas da *China Maior* são construídas e têm suas fronteiras expandidas pelas políticas chinesas para a diáspora, enquanto se revigoram mutuamente. Pequim utiliza-se das características históricas da diáspora chinesa, como o nacionalismo, os regimes de *guanxi* e a manutenção cultural nas *Chinatown*s, para criar organizações de chineses do ultramar que são apoiadas e seus membros são reunidos sob sua égide, enquanto ela se serve das comunidades imigrantes como espaços primários de exportação de seus bens culturais, como novelas e noticiários, transmitidos por sistemas de telecomunicação modernos, todos ideologicamente carregados de imagens positivas acerca do PCC, de sua mundividência e de suas políticas, que por sua vez são utilizadas para moldar o patriotismo desses imigrantes, enquanto tais espaços étnicos servem como portas de entrada desses produtos para atingir o público não-*huaqiao* nos outros países, como é o caso dos restaurantes chineses, das escolas de artes marciais e das clínicas de medicina chinesa dos imigrantes nas *Chinatown*s e os Institutos Confúcio disseminados pelo Partido. Os Institutos Confúcio também transmitem aos chineses imigrantes e descendentes os valores culturais de amor à pátria, ao Partido e à civilização chinesa como um todo. Todas essas medidas levam as fronteiras da *China Maior cultural* a se expandirem pelo globo, trazendo novos adeptos e simpatizantes para a órbita de Pequim, fazendo com que a diáspora funcione literalmente como um “braço externo” da China no exterior devido à construção de um sentimento de inabalável lealdade ao PCC.

Por sua vez, a *China Maior cultural* lança as bases necessárias para a consolidação da *China Maior econômica e política*. Por meio de seus laços pessoais, culturais, emocionais e patrióticos com a China, os chineses do ultramar são exortados por Pequim a realizar investimentos na economia chinesa, aliando seus interesses de lucrar em novos nichos de mercado que são oferecidos pela China, com os interesses do PCC de que o país receba investimentos. Hoje, os chineses do ultramar qualificados são

incitados a se estabelecerem na China por meio de incentivos fiscais e financeiros fornecidos pelos governos provinciais e municipais e, caso isso não ocorra, são induzidos a realizarem viagens periódicas ao país, por meio de congressos, conferências e contratos temporários com universidades e centros de pesquisa chineses, para auxiliarem o processo de modernização de sua base industrial por meio de transferência de conhecimentos. Assim, o processo de integração econômica existente entre as províncias costeiras do Sul da China, Taiwan, Hong Kong, Macau e o Sudeste Asiático é solidificado por meio dessas transações comerciais e financeiras dos chineses do ultramar com a terra natal.

A China é igualmente hábil na sua capacidade de instrumentalizar as relações interpessoais baseadas no *guanxi* para se utilizar do caráter global de sua diáspora a fim de capturar oportunidades de investimento em outros países, assegurando acesso a mercados consumidores de seus produtos e fornecedores de matérias-primas necessárias para o seu desenvolvimento, contribuindo para a construção da *China Maior econômica*. Todas essas medidas visam aumentar a prosperidade do país e sua influência no cenário internacional, o que reforça o apego dos chineses do ultramar à China, pois isso lhes dá proeminência no exterior enquanto auxilia na construção da *China Maior política*.

Este artigo pretende animar a área de estudos sobre o papel político das diásporas na condição de instrumentos da política externa de seus países, que ainda se encontra pouco desenvolvida na área de Relações Internacionais. O esforço que acabamos de fazer procurou ser apenas uma exploração rudimentar do tema. Novos estudos serão necessários para avaliar de forma mais precisa os impactos das diásporas nas relações internacionais contemporâneas.

Referências

ADAMSON, Fiona; DEMETRIOU, Medelaine (2007). Remapping the boundaries of “state” and “national identity”: incorporating diasporas into IR theory. **European Journal of International Relations**, 13 (4): 489-526.

ALL-CHINA FEDERATION OF RETURNED OVERSEAS CHINESE (2016). **Profile of the Federation**, publicado em [http://www.chinaql.org/sites/ql/c5/c_1.html]. Disponibilidade: 27/08/2016.

ALVES FILHO, Manuel (2015). **Instituto Confúcio inicia curso básico de mandarim**, publicado em [<http://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2015/03/23/instituto-confucio-inicia-curso-basico-de-mandarim>]. Disponibilidade: 18/02/2016.

BARABANTSEVA, Elena (2005). Trans-nationalising Chineseness: Overseas Chinese Policies of the PRC's Central Government. **ASIEN**, 24 (96): 7-28.

_____. (2011). **Overseas Chinese, Ethnic Minorities and Nationalism: De-centering China**. Abingdon: Routledge.

BARTON, Dominic; CHEN, Yougang; JIN, Amy (2013). Mapping China's middle class. **McKinsey Quarterly**, 49 (3): 54-60.

BIAO, Xiang (2003). Emigration from China: A Sending Country Perspective. **International Migration**, 41 (3): 21-48.

BRUBAKER, Rogers (2005). The "diaspora" diaspora. **Ethnic and Racial Studies**, 28 (1): 1-19.

CHAN, Kin-man (2010). Harmonious Society. In ANHEIER, Helmut K.; TOEPLER, Stefan; LIST, Regina (Org) (2010). **International Encyclopedia of Civil Society**. New York: Springer, 821-5.

CHANG, Maria H. (2004). **Falun Gong: The End of Days**. New Haven: Yale University Press.

CHAREONWONGSAK, Kriengsak (2012). **The Global Chinese Diaspora: Creating Wealth, Contributing to National Development** Abstract, publicado em [http://www.asli.com.my/uploads/20121128045203_Full%20paper_Dr%20CHAREONWONGSAK%20Chareonwongsak_231112.pdf]. Disponibilidade: 16/02/2016.

COHEN, Robin (2008). **Global Diasporas: An Introduction**. Abingdon: Routledge.

CUNHA, Luís (2012). **A Hora do Dragão: Política Externa da China**. Lisboa: Zebra Publicações.

DING, Sheng (2014). Chinese Soft Power and Public Diplomacy: An Analysis of China's New Diaspora Engagement Policies in the Xi Era. **East Asia Institute Fellows Program**, 12 (43): 1-21.

DUFOIX, Stephane (2008). **Diasporas**. Berkeley: University of California Press.

FISHER, Joana (2014). Diáspora. In MENDES, Nuno Canas & COUTINHO, Francisco Pereira. **Enciclopédia das Relações Internacionais**. Alfragide: Dom Quixote, 146-8.

FLANNERY, Russell (2015). 2015 Forbes Billionaires: Full List Of Asia's 562 Richest People. *Forbes*, New York, 9 mar. 2015, publicado em [<http://www.forbes.com/sites/russellflannery/2015/03/09/2015-forbes-billionaires-full-list-of-asias-562-richest-people/#451cc04854ab>]. Disponibilidade: 21/10/2016.

GROUP OF TWENTY (2015). **National Remittance Plan 2015: China**. Antalya: G20.

HAN, Xiaorong (1998). Slave Trade: Coolie Trade. In FINKELMAN, Paul & MILLER, Joseph Calder. *Macmillan Encyclopedia of World Slavery*. Farmington Hills: Simon & Schuster Macmillan, v. 2, 463-5.

HARDING, Harry (1993). The Concept of "Greater China": Themes, Variations and Reservations. **The China Quarterly**, 175 (136): 660-86.

INSTITUTO Confúcio na UNESP (2016). **Nossas Unidades**, publicado em [<http://www.institutoconfucio.com.br/nossas-unidades.html>]. Disponibilidade : 18/02/2016.

- INTERVIEW: Philippine president says “only China can help us” (2016), publicado em **Xinhua** [http://news.xinhuanet.com/english/2016-10/17/c_135760893.htm]. Disponibilidade: 21/10/2016.
- KRAUS, Richard C. (2012). **The Cultural Revolution: A Very Short Introduction**. New York: Oxford University Press.
- KRAUßE, Reuß-Markus (2010). **Guanxi as a Model of Social Integration**. Frankfurt am Main: Humanities Online.
- KISSINGER, Henry (2011). **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva.
- LANTEIGNE, Marc (2009). **Chinese Foreign Policy: An Introduction**. Abingdon: Routledge.
- LI, Mingjiang (2011). Rising from Within: China’s Search for a Multilateral World and Its Implications for Sino-US Relations. **Global Governance**, 17 (3): 331-51.
- LI, Yang (2017). Spring Festival Brings China into Focus, publicado em **China Daily** [http://www.chinadaily.com.cn/kindle/2017-02/12/content_28173809.htm]. Disponibilidade: 12/02/2017.
- LIU, Guofu (2007). **The Right to Leave and Return and Chinese Migration Law**. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF THE PEOPLE’S REPUBLIC OF CHINA. (2016). **A policy of "one country, two systems" on Taiwan**, publicado em [http://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/ziliao_665539/3602_665543/3604_665547/t18027.shtml]. Disponibilidade: 15/02/2016.
- LIU, Hong (2010). Chinese overseas and a rising China: the limits of a diplomatic “diaspora option”. In ZHENG, Yongnian (Org.) (2010). **China and International Relations: The Chinese view and the contribution of Wang Gungwu**. Abingdon: Routledge, 177-200.
- LIU, Hong; VAN DONGEN, Els (2016). China’s Diaspora Policies as a New Mode of Transnational Governance. **Journal of Contemporary China**, 25 (102): 805-21.
- ONG, Aihwa (2002). The Pacific Shuttle: Family, Citizenship and Capital Circuits. In INDA, Jonathan X. & ROSALDO, Renato (Org.). (2002). **The Anthropology of Globalization: A Reader**. Padstow: Blackwell Publishing, 172-97.
- OWNBY, David (2008). **Falun Gong and the Future of China**. New York: Oxford University Press.
- PONG, David (Org.). (2009). **Encyclopedia of Modern China**. Farmington Hills: Charles Scribner’s Sons.
- POSTON JUNIOR, Dudley L.; WONG, Juyin H. (2014). The Chinese Diaspora Population in circa-2011. In *Annual Meeting of the Population Association of America*. Boston: Population Association of America, 1-34.
- POSTON JUNIOR, Dudley L.; YU, Mei-Yu (1992). The Distribution of the Overseas Chinese in the Contemporary World. **International Migration Review**, 24 (3): 480-508.
- PREMIER Li asks overseas Chinese to invest at home (2016). *CCTV English*, publicado em [<http://english.cctv.com/2016/06/03/ARTItvBEcWQ8ZEiwD6qlbUCZ160603.shtml>].

Disponibilidade: 23/10/2016.

SAFRAN, William (1991). Diasporas in Modern Societies: Myths of Homeland and Return. **Diaspora: A Journal of Transnational Studies**, 1 (1): 83-99.

SHAIN, Yossi; BARTH, Aharon (2003). Diasporas and International Relations Theory. **International Organization**, 57 (3): 449-79.

SHAMBAUGH, David (2013). **China Goes Global: The Partial Power**. New York: Oxford University Press.

_____. (2016). **China's Future**. Cambridge: Polity Press.

SMART, Alan; HSU, Jinn-yuh (2004). The Chinese Diaspora, Foreign Investment and Economic Development in China. **The Review of International Affairs**, 3 (4): 544-66.

STATE COUNCIL. (2014). **Overseas Chinese Affairs Office of the State Council**, publicado em

[http://english.gov.cn/state_council/2014/10/01/content_281474991090995.htm].

Disponibilidade: 27/08/2016.

THE WORLD BANK (2016). **Migration and Remittances: Recent Developments and Outlook**. Washington, D.C.: World Bank Group.

TÖLÖLYAN, Khachig (2012). Diaspora Studies: Past, present and promise. **International Migration Institute Working Papers Series**, 6 (55): 1-14.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2016). **Global Trends: Forced Displacement in 2015**. Geneva.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (2015). Overview, publicado em [<http://www.unfpa.org/migration>]. Disponibilidade: 14/09/2016.

WANG, Gungwu (1993). Greater China and the Chinese Overseas. **The China Quarterly**, 175 (136): 926-48.

WEINER, Myron (1992). Security, stability, and international migration, **International Security**, 17 (3): 91–126.

YE, Min (2014). **Diasporas and Foreign Direct Investment in China and India**. New York: Cambridge University Press.

YEUNG, Yue-man; LEE, Joanna; KEE, Gordon (2009). China's Special Economic Zones at 30. **Eurasian Geography and Economics**, 50 (2): 222-40.

YUAN, Zhang; WAN, Guanghua; KHOR, Niny (2012). The rise of middle class in rural China. **China Agricultural Economic Review**, 4 (1): 36 – 51.

ZHENG, Yongnian (2014). **Contemporary China: A History since 1978**. Chichester: Wiley-Blackwell.